

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2020, pelas 10 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;
4. Discussão do Projeto de Resolução o n.º 669/XIX/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto;
5. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, dos seguintes Projetos de Voto:
  - A)
    - N.º 365/XIV/2.<sup>a</sup> (PSD) - De pesar pelo homicídio do professor Samuel Paty;
    - N.º 367/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) - De pesar pelo homicídio de Samuel Paty;
    - N.º 369/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - De pesar pelo assassinato de Samuel Paty;
    - N.º 371/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - De pesar pelo assassinato de Samuel Paty;
  - B)
    - N.º 358/XIV/2.<sup>a</sup> (PS) - De saudação ao Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, dia 18 de outubro;
  - C)
    - N.º 404/XIV/2.<sup>a</sup> (BE) - De saudação pelo Dia Internacional dos Direitos da Criança;
6. Apreciação e votação dos seguintes requerimentos
  - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição urgente da Ministra da Justiça sobre a presente situação da pandemia no sistema penitenciário português e, bem assim, sobre as estratégias postas em prática para lhe fazer face;
  - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Ministra da Justiça sobre a gestão das infeções de COVID-19 em meio prisional, incluindo a questão do uso de máscaras por parte dos reclusos;
7. Apreciação e votação do projeto de regulamento da Comissão;
8. Informação sobre o relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação - leis não regulamentadas ou parcialmente regulamentadas (IX Legislatura - 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XIV Legislatura / 5 de abril de 2002 a 14 de setembro de 2020);
9. Apreciação e votação das atas n.ºs 6 a 14/XIV/2.<sup>a</sup> (correspondentes às reuniões realizadas entre 6 de outubro e 11 de novembro de 2020);
10. Outros assuntos

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

PROJETO DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
591/XIV/2. <sup>a</sup> (PSD)	<a href="#">Introduz mecanismos de controlo da distribuição eletrónica dos processos da jurisdição administrativa e fiscal, procedendo à sétima alteração ao código de processo nos tribunais administrativos, aprovado pela lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e à trigésima terceira alteração ao código de procedimento e do processo tributário, aprovado pelo decreto-lei n.º 433/99, de 26 de outubro</a>	<b>Deputado José Magalhães (PS)</b>  <i>Consultas a promover: CSM, CSMP, CSTAF, OA Trib. Constitucional</i>

Não havendo iniciativas europeias para distribuir, foi feito o anúncio do seguinte projeto de voto, que baixou à Comissão: [Projeto de voto n.º 408/XIV/2.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#) – De saudação pelo 45.º Aniversário do 25 de Novembro, tendo o Senhor Presidente informado que o mesmo seria discutido e votado na reunião seguinte da Comissão.

A solicitação do proponente, através do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), procedeu-se ao adiamento do ponto seguinte, que consistia na discussão do Projeto de Resolução n.º 669/XIV/2.<sup>a</sup> (CDS-PP) – [Revisão do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto.](#)

No quinto ponto da ordem de trabalhos, começou por ter lugar a discussão conjunta dos projetos de voto n.ºs [365/XIV/2.<sup>a</sup> \(PSD\)](#) - De pesar pelo homicídio do professor Samuel Paty; [367/XIV/2.<sup>a</sup> \(CDS-PP\)](#) - De pesar pelo homicídio de Samuel Paty; [369/XIV/2.<sup>a</sup> \(PEV\)](#) - De pesar pelo assassinato de Samuel Paty; e [371/XIV/2.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - De pesar pelo assassinato de Samuel Paty. A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP) e José Manuel Pureza (BE), na qualidade de proponentes, apresentaram os respetivos projetos de voto, tendo o Senhor Presidente, na ausência do proponente, lido o projeto e voto do Grupo Parlamentar do PEV. Seguiram-se no uso da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira (PS), António Filipe (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), que se associaram aos votos apresentados e declararam que os votariam favoravelmente. Havendo o acordo dos proponentes e demais intervenientes relativamente à proposta de redação de harmonização dos diferentes textos dos



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.ª SL

projetos de voto, apresentada pelo Senhor Presidente, procedeu-se à votação do texto final dos referidos projetos de voto, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do CH, com o seguinte teor:

*«Voto Pesar pelo assassinato do Professor Samuel Paty: A Assembleia da República expressa o seu profundo pesar e a consternação pelo assassinato do professor Samuel Paty, condena mais este ataque contra os valores da liberdade de expressão, da democracia e da tolerância religiosa e intercultural, e exprime sinceros sentimentos à sua família, amigos e alunos, manifestando total solidariedade para com a França e para com o Povo francês.»*

Seguiu-se a apreciação do [Projeto de Voto n.º 404/XIV/2.ª \(BE\)](#) - De saudação pelo Dia Internacional dos Direitos da Criança, com a intervenção do Senhor Deputado José Manuel Pureza (PS), a que se seguiram no uso da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Joana Sá Pereira (PS), Mónica Quintela (PSD), António Filipe (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), tendo todos saudado e se associado a esta iniciativa do BE. No final, submetido a votação, o Projeto de voto foi aprovado por unanimidade, na ausência do CH.

Por fim, foi apreciado o [Projeto de Voto n.º 358/XIV/2.ª \(PS\)](#) - De saudação ao Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, dia 18 de outubro, que, após as intervenções da Senhora Deputada Elza Pais (PS), dos Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP) e das Senhoras Deputadas Inês de Sousa Real (PAN) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, na ausência do CH.

No sexto ponto, foram discutidos conjuntamente os requerimentos apresentados, respetivamente, pelo Grupo Parlamentar do BE e pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição urgente da Ministra da Justiça sobre a gestão das infeções de COVID-19 em meio prisional e, bem assim, sobre as estratégias postas em prática para lhe fazer face, incluindo a questão do uso de máscaras por parte dos reclusos.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) começou por fazer a apresentação do requerimento do BE, dando nota de que as notícias vindas a público sobre o surgimento

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.ª SL

de surtos de COVID-19 em estabelecimentos prisionais causaram a maior preocupação dada a dificuldade de pôr em prática estratégias de combate aos focos de contágio, e concluiu dizendo que o Parlamento não se podia dispensar de ouvir os esclarecimentos da Ministra da Justiça sobre quais as estratégias que o Governo pôs e estava a pôr em prática nos estabelecimentos prisionais, de forma a impedir a expansão do contágio.

O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) começou por dizer que, com a aprovação do requerimento do BE, o resultado pretendido pelo CDS-PP seria alcançado, ou seja, a audição da Ministra da Justiça. Todavia, acrescentou que o CDS-PP fazia uma leitura crítica das medidas que o Governo adotou e da forma como as implementou.

A Senhora Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS considerava importante ouvir a Ministra da Justiça sobre a matéria e recordou que, durante a primeira vaga da pandemia, não se verificaram os surtos nem os dramas vividos noutros países em meio prisional. No final, esclareceu que, na anterior reunião, o PS havia solicitado o adiamento da discussão e votação desses requerimentos por aguardar um parecer solicitado à DGS, que, entretanto, não chegara.

A Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PSD formulara uma pergunta escrita ao Ministério da Justiça sobre essa matéria, mas ainda sem resposta, e insistiu que nada estava a ser feito nos estabelecimentos prisionais para travar o contágio.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP), bem como a Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), associaram-se à preocupação de encontrar uma resposta para enfrentar a pandemia em contexto prisional e declararam que votariam favoravelmente os dois requerimentos apresentados.

No final, submetido a votação, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira. O requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP já não foi votado, por ter o mesmo objeto.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

Seguidamente, foi adiado o sétimo ponto da ordem de trabalhos, que consistia na apreciação e votação do projeto de regulamento da Comissão, a pedido do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que informou que pretendia apresentar propostas de alteração, designadamente no que se referia à questão das audições não regimentais.

No ponto seguinte, informativo sobre o relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação - leis não regulamentadas ou parcialmente regulamentadas (IX Legislatura - 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XIV Legislatura / 5 de abril de 2002 a 14 de setembro de 2020), o Senhor Presidente referiu que, da análise feita, resultava que se tratava de um relatório descritivo e factual e que agendara esse ponto para dar a oportunidade aos Senhores Deputados de, querendo, formular observações suplementares. Não havendo pedidos de palavra, o Senhor Presidente deu por concluído o assunto.

No nono ponto, foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, na ausência do CH e da Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira, as atas n.<sup>os</sup> 7 a 14/XIV/2.<sup>a</sup>, correspondentes às reuniões de 7 de outubro a 11 de novembro de 2020, ficando apenas por votar a ata n.<sup>o</sup> 6, de 6 de outubro de 2020, relativa à visita de trabalho de uma delegação da Comissão ao Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa (EECIT), na presença do Senhor Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, da Senhora Diretora Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Cristina Gatões, e da Senhora Inspetora-Geral da Administração Interna, Anabela Cabral Ferreira, uma vez que a Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias solicitara, por *e-mail*, que fosse alterada a referência à morte do cidadão ucraniano, ocorrida em março, aí referida como «um acontecimento trágico» de modo a traduzir o real motivo que conduziu ao encerramento do EECIT, tendo o Senhor Presidente proposto uma nova redação, nos seguintes termos «... na sequência da trágica morte de um cidadão que aí se encontrava à guarda do SEF o EECIT foi encerrado e foram efetuadas obras de remodelação do espaço.». A proposta mereceu a concordância dos presentes, tendo, no entanto, a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) questionado o facto de não constar da ata que todos os Deputados que compunham a delegação colocaram questões, que foram respondidas. O Senhor presidente sugeriu, então, que

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.ª SL**

os Senhores Deputados apresentassem formalmente sugestões que reproduzissem com fidelidade algum momento da visita que entendessem dever constar da ata, ficando por isso adiada a respetiva votação.

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente deu nota das audições cujo agendamento estava previsto para a semana seguinte, nas terça e quarta-feiras, designadamente do Dr. António Cluny (Eurojust) e do Conselho de Fiscalização do SIRP. Mais informou que fora dirigido um pedido de autorização à tutela para ouvir a Diretora Nacional do SEF, ainda sem resposta, mas que como havia dados novos, uma vez que a Senhora Diretora nacional do SEF apresentara a demissão com efeitos imediatos, provavelmente a resposta relevaria esse facto.

Sobre o formato das audições com membros do Governo (presencialmente ou por videoconferência) informou que pedira um esclarecimento junto da Conferência de Líderes e que só depois as agendaria, tendo o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) adiantado que na Conferência de Líderes fora deliberado que a regra da participação remota também se aplicaria às audições regimentais dos membros do Governo e que a única exceção seria para as audições a realizar nas comissões de inquérito.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de dezembro de 2020.

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 16/XIV/ 2.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima  
André Neves  
André Ventura  
António Filipe  
Artur Soveral Andrade  
Cláudia Santos  
Elza Pais  
Francisco Pereira Oliveira  
Inês de Sousa Real  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Rodrigues  
Joacine Katar Moreira  
Joana Sá Pereira  
José Magalhães  
José Manuel Pureza  
Luís Marques Guedes  
Márcia Passos  
Mónica Quintela  
Pedro Delgado Alves  
Rita Borges Madeira  
Romualda Fernandes  
Sandra Cunha  
Sandra Pereira  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Beatriz Gomes Dias  
Carlos Peixoto  
Catarina Rocha Ferreira  
Duarte Marques  
Emília Cerqueira  
Hugo Carneiro  
Jorge Lação  
José Cancela Moura  
Lina Lopes  
Paulo Porto  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: